

Inquérito Civil n. 06.2020.00001221-5

MINUTA

TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, por sua 1ª Promotoria de Justiça de Justiça, representada pela Promotora de Justiça, **Ana Cristina Boni**, ora **CELEBRANTE**, e **Gabriel Luiz Ortiz**, brasileiro, casado, natural de Xanxerê/SC, nascido em 20/07/1987, portador do RG nº 5.716.637 e inscrito no CPF nº 045.223.099-37, residente na Avenida Getúlio Vargas, nº 586, apartamento 102, Centro, em Abelardo Luz/SC, telefones (49) 99990-5441 e (49) 99943.0908, doravante denominado **COMPROMISSÁRIO**, nos autos do Inquérito Civil nº 06.2020.00001221-5, têm entre si, justo e acertado o seguinte;

CONSIDERANDO que o Ministério Público, por força dos artigos 127 e 129, inciso III, da Constituição da República Federativa do Brasil, detém legitimidade ativa para agir em defesa dos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos, visando a proteção, nesse caso, **do meio ambiente**;

CONSIDERANDO que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (art. 225, *caput*, da CRFB);

CONSIDERANDO que ao Ministério Público foi conferida legitimidade para a propositura de ação de responsabilidade civil e criminal por danos causados ao meio ambiente, em razão do descumprimento da legislação ambiental em vigor (art. 14, § 1º, da Lei n. 6.938/81);

CONSIDERANDO que a Lei n. 6.938/1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, versa em seu artigo 2º, inciso VIII, que: "*A Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana, atendidos os seguintes princípios: [...] VIII - recuperação de áreas degradadas; [...]*";

CONSIDERANDO que, segundo artigo 3º, inciso II, da Lei nº 12.651/2012, a área de preservação permanente caracteriza-se como uma "*área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas*";

CONSIDERANDO que as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão aos infratores, pessoas físicas ou jurídicas, às sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados (arts. 2º e 3º da Lei n. 9.605/98);

CONSIDERANDO a tramitação do Inquérito Civil nº 06.2020.00001221-5, da 1ª Promotoria de Justiça de Abelardo Luz, instaurado para apurar a ocorrência de dano ambiental consistente na destruição de vegetação nativa em propriedade localizada na Rua Gustavo Roberto Gehlen, Chácara, Bairro Aparecida, em Abelardo Luz, por parte de Gabriel Luiz Ortiz, e adotar as providências necessárias visando a recuperação da área degradada;

CONSIDERANDO que, de acordo com o auto de infração ambiental nº 037139-A, em vistoria realizada pela Polícia Militar Ambiental na data de 06.11.2014, na Rua Gustavo Roberto Gehlen, Chácara, Bairro Aparecida, em Abelardo Luz, a guarnição constatou que o representado Gabriel Luiz Ortiz impediu a regeneração natural de florestas ou demais formas de vegetação nativa (Angico, Camboatã, Guamirim, etc.), através da

supressão e corte, bem como terraplanagem, em uma área de 390m² (trezentos e noventa metros quadrados), sem autorização do órgão ambiental competente;

CONSIDERANDO que em razão da ocorrência dos fatos, foi realizado termo de embargo da área supracitada até manifestação administrativa ou judicial (nº 32824-A), visto que no local estava sendo edificada uma residência por parte de Gabriel Luiz Ortiz;

CONSIDERANDO que ao representado Gabriel Luiz Ortiz foi aplicada a sanção administrativa de multa simples no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), além da penalidade de obrigação de promover a recuperação ambiental;

CONSIDERANDO as informações do auto de constatação nº 33321/2020, datado de 03.01.2020, dando conta que a Polícia Militar Ambiental realizou vistoria no local, oportunidade em que verificou que não foi respeitado o embargo da área e tampouco foi efetuada a recuperação ambiental da área degradada;

CONSIDERANDO que as ações destinadas à proteção do meio ambiente são imprescritíveis, de forma que incumbe a Gabriel Luiz Ortiz a obrigação de reparar o dano levado a efeito ainda no ano de 2014;

CONSIDERANDO a possibilidade de estipulação de medidas compensatórias em matéria ambiental, conforme previsto no Assento nº 001/2013/CSMP;

CONSIDERANDO que o art. 2º do Assento nº 001/2013/CSMP versa que "consideram-se medidas compensatórias para fins deste Assento as seguintes modalidades: **a) medida de compensação restauratória:** corresponde à restituição de um bem jurídico a uma condição não degradada que deve ser o mais próximo possível da sua condição original; **b) medida de compensação recuperatória:** compreende a restituição de um bem jurídico a uma condição não degradada que pode ser diferente de sua condição original;

c) **medida de compensação mitigatória:** corresponde à adoção de providências que visem à redução dos efeitos dos danos e/ou sua prevenção;
e d) **medida de compensação indenizatória:** corresponde ao ressarcimento do dano mediante o pagamento de certa quantia em dinheiro";

CONSIDERANDO que o artigo 3º, *caput*, do Assento nº 001/2013 do Conselho Superior do Ministério Público, prevê a possibilidade de cumulação das medidas compensatórias, notadamente nos casos de "medida de compensação recuperatória" e "medida de compensação indenizatória";

RESOLVEM celebrar o presente **TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**, com fundamento no artigo 5º, parágrafo 6º, da Lei n. 7.347/1985, mediante as cláusulas a seguir delineadas:

1. DO OBJETO

CLÁUSULA 1ª: O presente Termo de Ajustamento de Conduta tem como objetivo a compensação do ambiental causado na propriedade do **COMPROMISSÁRIO Gabriel Luiz Ortiz**, situada na Rua Gustavo Roberto Gehlen, Chácara, Bairro Aparecida, em Abelardo Luz.

2. DO RECONHECIMENTO DA RESPONSABILIDADE PELO COMPROMISSÁRIO

CLÁUSULA 2ª: O **COMPROMISSÁRIO Gabriel Luiz Ortiz**, neste ato, reconhece expressamente a sua responsabilidade pelo dano causado na propriedade situada na Rua Gustavo Roberto Gehlen, Chácara, Bairro Aparecida, em Abelardo Luz, diante da supressão e corte de vegetação nativa (Angico, Camboatã, Guamirim, etc.), sem autorização do órgão ambiental competente, em uma área de 390m² (trezentos e noventa metros quadrados).

3. DAS OBRIGAÇÕES DO COMPROMISSÁRIO

CLÁUSULA 3ª: O **COMPROMISSÁRIO** se compromete a protocolar junto a Polícia Militar Ambiental de Chapecó Projeto de Recuperação da Área Degradada (PRAD), firmado por profissional habilitado, no prazo de 30 (trinta) dias, cujo projeto deverá observar as seguintes condicionantes:

(a) promover o plantio de, no mínimo, 100 (cem) árvores nativas, em especial das espécies que foram suprimidas (Angico, Camboatã, Guaramirim e Araucária);

(b) que a área de compensação seja a mais próxima possível da área degradada, a fim de manter os ganhos ambientais do ecossistema local;

(c) que a área de compensação não seja inferior a 780m² (setecentos e oitenta metros quadrados).

Parágrafo Único: No mesmo prazo, a providência indicada no *caput* desta cláusula deverá ser comprovada perante esta 1ª Promotoria de Justiça com a apresentação de cópia do referido plano e do respectivo comprovante do protocolo junto a Polícia Militar Ambiental.

CLÁUSULA 4ª: Caso a Polícia Militar Ambiental exija adequações no PRAD, compromete-se o **COMPROMISSÁRIO** a providenciá-las, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data em que tomar ciência da decisão do órgão ambiental.

Parágrafo Único: Uma vez homologado o PRAD, compromete-se o **COMPROMISSÁRIO** a comprovar a execução do PRAD no prazo máximo de 2 (dois) meses, a partir da homologação pela Polícia Militar Ambiental.

CLÁUSULA 5ª: Como medida de compensação indenizatória pela supressão da vegetação nativa, o **COMPROMISSÁRIO** assume a obrigação de efetuar o pagamento da quantia de **R\$ 10.000,00 (dez mil reais)**, em 10 (dez) parcelas, com vencimento todo dia 10 (dez), mediante boleto bancário que será entregue ao **COMPROMISSÁRIO**, com destinação ao

Fundo de Reconstituição dos Bens Lesados do Estado de Santa Catarina, nos moldes do artigo 13 da Lei n. 7.347/1985.

4. DO DESCUMPRIMENTO:

CLÁUSULA 6ª: Em caso de descumprimento de qualquer das cláusulas anteriores, incidirá o **COMPROMISSÁRIO** em multa diária de R\$ 100,00 (cem reais) por compromisso descumprido.

CLÁUSULA 7ª: As multas eventualmente aplicadas reverterão em favor do Fundo Estadual de Reconstituição dos Bens Lesados (Conta corrente: 63.000-4, Agência 3582-3, Banco do Brasil, CNPJ 76.276.849/0001-54).

5. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

CLÁUSULA 8ª: O Ministério Público compromete-se a não adotar nenhuma medida judicial de cunho civil relacionada ao ajustado contra o **COMPROMISSÁRIO**, caso venha a ser cumprido integralmente o avençado.

CLÁUSULA 9ª: O presente ajuste entrará em vigor a partir da data de sua assinatura.

Por estarem compromissados, firmam este Termo de Ajustamento de Conduta em 3 (três) vias de igual teor, que terá eficácia de título executivo extrajudicial, nos termos do art. 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85.

Fica, desde logo, o presente cientificado de que este Inquérito Civil será arquivado em relação ao signatário e a promoção submetida ao colendo Conselho Superior do Ministério Público, conforme dispõem o parágrafo 3º do artigo 9º da Lei n. 7.347/85 e o artigo art. 49, §1º, do Ato nº 395/2018/PGJ.

Abelardo Luz, 29 de agosto de 2020.

[assinado digitalmente]

ANA CRISTINA BONI
Promotora de Justiça

GABRIEL LUIZ ORTIZ
Compromissário

Testemunhas:

Karina Bampi Paludo
Assistente de Promotoria

Camila Recalcatti Piovesan
Assistente de Promotoria